

HONDURAS

REPÚBLICA DAS HONDURAS

Chefe de Estado e de Governo:

José Manuel Zelaya Rosales, deposto em Junho por Roberto Micheletti abolicionista para todos os crimes

Penal de morte:

População:

7,5 milhões

Esperança média de vida:

72 anos

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

44/35 por 1000

Taxa de literacia nos adultos:

83,6 por cento

A protecção dos direitos humanos e o Estado de Direito foram afectados na sequência do golpe de Estado apoiado pelos militares, em Junho. Na crise política subsequente, as forças de segurança usaram frequentemente força excessiva contra pessoas que saíram para as ruas para se manifestarem. A intimidação e os ataques contra membros do movimento opositorista eram generalizados. Realizaram-se poucas ou nenhuma investigação aos relatos de violações dos direitos humanos cometidas durante os distúrbios.

Antecedentes

O presidente José Manuel Zelaya Rosales foi afastado do poder a 28 de Junho e expulso à força do país por um grupo de políticos da oposição apoiados pelos militares e liderados por Roberto Micheletti, antigo presidente do Congresso Nacional e membro do Partido Liberal das Honduras. Um governo de facto liderado por Roberto Micheletti permaneceu no poder até ao final do ano. Em Setembro, o presidente Zelaya regressou ao país e refugiou-se na Embaixada do Brasil.

O golpe de Estado foi condenado pela maioria da comunidade internacional. As negociações políticas medidas pela OEA para restaurar o governo eleito fracassaram. Em Novembro, o governo de facto realizou eleições nas quais Porfirio ("Pepe") Lobo, no Partido Nacional, conquistou a maioria dos votos, embora, segundo as informações, a abstenção tivesse sido elevada. A sua tomada de posse estava marcada para Janeiro de 2010.

Detenções arbitrárias e maus-tratos

Centenas de manifestantes, na sua maior parte apoiantes do governo de Zelaya, e outros foram detidos de forma arbitrária, espancados e maltratados tanto pela polícia como pelos militares. Muitos dos detidos afirmaram ter estado presos em instalações de detenção ilegais, como estádios desportivos e quartéis militares.

■ Uma rapariga de 16 anos foi detida arbitrariamente pela polícia em Tegucigalpa após perguntar para onde levavam o seu pai. Esteve detida várias horas numa cela com outras nove mulheres. Um agente de polícia pegou em papel higiénico, molhou-o numa substância química e pegou-lhe fogo, espalhando fumos tóxicos no interior da cela. A rapariga e as mulheres detidas afirmaram ter sentido dificuldades respiratórias e ardor nos olhos e na garganta, em alguns casos durante vários dias.

■ Em Agosto, o defensor dos direitos humanos Alex Matamoros, que trabalha para o Centro de Investigação e Promoção dos Direitos Humanos, foi detido de forma arbitrária em Tegucigalpa, quando interveio para impedir que três rapazes fossem espancados pela polícia

após uma manifestação. Alex Matamoros esteve detido no quartel-general da polícia de Manchén durante quase 12 horas, antes de ser libertado sem ser acusado de qualquer crime.

Uso excessivo da força e homicídios dolosos

A utilização de munições reais, balas de borracha e gás lacrimogéneo por parte da polícia e dos militares causou a morte a pelo menos 10 pessoas. A utilização indiscriminada e desnecessária de gás lacrimogéneo, sem aviso prévio ou qualquer tipo de precauções, causou problemas de saúde a dezenas de manifestantes, incluindo crianças. Os hospitais não foram informados sobre o tipo de substâncias químicas usadas, prejudicando o tratamento das pessoas afectadas.

■ Isis Obed Murillo, de 19 anos, foi morto com um tiro na cabeça a 5 de Julho, quando militares abriram fogo com munições reais durante uma manifestação no aeroporto de Toncontín, em Tegucigalpa. Segundo as informações, o Exército recusou colaborar com as investigações à sua morte.

■ Em Agosto, o professor Roger Abraham Vallejo, de 38 anos, morreu no hospital depois de ter sido alvejado a tiro na cabeça pela polícia em Julho, durante uma operação para dispersar uma manifestação em Tegucigalpa.

■ Em Setembro, Gerson Ariel Cruz, de 16 anos, foi gravemente ferido pela polícia durante uma operação para dispersar uma manifestação em Tegucigalpa. Segundo uma testemunha, os polícias perseguiram os manifestantes até um bairro residencial, onde abriram fogo, atingindo Gerson Ariel Cruz, que não tinha participado na manifestação. A investigação do Procurador Especial para os Direitos Humanos prosseguia no final do ano.

Defensores dos direitos humanos

Representantes de organizações de defesa dos direitos humanos foram ameaçados e perseguidos.

■ Em Setembro, cerca de 15 agentes de polícia dispararam projecteis de gás lacrimogéneo para o interior dos escritórios do Comité dos Familiares dos Desaparecidos nas Honduras, onde se tinham refugiado dezenas de manifestantes pró-Zelaya. Cerca de 100 pessoas, incluindo crianças, estavam no interior do edifício na altura.

■ Em Dezembro, o activista dos direitos humanos das lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais Walter Tróchez foi assassinado em Tegucigalpa. Nove dias antes, tinha conseguido escapar após ter sido raptado por vários homens mascarados que exigiam saber os nomes e as moradas de membros do movimento oposicionista. Segundo as informações, os raptadores disseram-lhe que tinham ordens para o matar.

Liberdade de expressão e de associação

Vários jornalistas foram alvo de agressões físicas. As autoridades de facto encerraram intermitentemente a Rádio Globo e a estação de televisão Canal 36 a partir de 28 de Junho, embora os dois órgãos de comunicação social tivessem retomado a sua actividade no final do 2009. Os seus escritórios foram várias vezes ocupados por militares.

O presidente de facto assinou a 26 de Setembro um decreto autorizando, entre outros pontos, o encerramento de jornais e outros meios de comunicação social suspeitos de "insultar funcionários públicos". Apesar do facto de o Congresso não ter aprovado a passagem do decreto a Lei, a polícia e os militares usaram-no para autorizar buscas e encerrar empresas de

comunicação social. O decreto estipulava ainda que todas as reuniões públicas ou concentrações de qualquer tipo tinham de ser autorizadas previamente pelo Exército ou pela polícia. O decreto foi revogado a 19 de Outubro.

■ Em Setembro, quando se dirigia para fazer a cobertura dos acontecimentos na Rádio Globo e no Canal 36, Delmer Membreño, fotógrafo do jornal *El Libertador*, foi obrigado e entrar numa carrinha por quatro homens mascarados. Colocaram-lhe um capuz na cabeça e arrancaram. Noventa minutos depois pararam, arrastaram-no para fora da carrinha e apontaram-lhe uma arma à cabeça. Um dos homens disse-lhe que só não o matavam porque pretendiam que ele entregasse uma ameaça de morte ao director do *El Libertador*. Os homens espancaram então Delmer Membreño e queimaram-lhe o rosto e o torso com cigarros antes de o libertarem. A investigação ao caso prosseguia no final do ano.

Violência contra as mulheres

As mulheres manifestantes e sob custódia denunciaram abusos sexuais e perseguição por parte de agentes de polícia. Muitas mulheres afirmaram ter sido espancadas nas nádegas e na parte de trás das pernas pela polícia durante as manifestações. Não foram abertas quaisquer investigações à violência baseada no género no decurso dos distúrbios.

■ N. foi afastada da família durante uma manifestação em Choloma a 14 de Agosto. Foi detida de forma arbitrária por vários agentes de polícia que, após deixarem outros detidos na esquadra, levaram N. para uma zona isolada, onde foi violada consecutivamente por quatro agentes de polícia.

■ Uma mulher de 34 anos contou à Amnistia Internacional que ela e a sua mãe, de 59 anos, foram repetidamente espancadas na parte traseira das coxas e nas nádegas por polícias armados com bastões durante uma manifestação.

■ “Eva”, uma mulher de 26 anos, alegou que um militar tentou detê-la e ameaçou-a com um bastão, gritando, “Cabra, vou ensinar-te a ser mulher.”

Direitos das pessoas lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais

Havia provas de uma subida acentuada no número de mulheres transexuais assassinadas após o golpe de Estado de Junho. Entre 2004 e Março de 2009, as organizações de defesa dos direitos humanos tinham registado 17 casos de homicídio de mulheres transexuais. Entre o final de Junho e Dezembro de 2009, as organizações locais de defesa dos direitos humanos registaram 12 casos deste tipo. Não havia informações sobre as investigações a estas mortes.